

Špánková, Silvie; Birmingham, David

Birmingham, David: O impacto de Portugal em África

In: Špánková, Silvie. *(Des)colonização na literatura portuguesa contemporânea : breve antologia de textos literários e ensaísticos com atividades*. 1. vyd. Brno: Masarykova univerzita, 2014, pp. 76-80

ISBN 978-80-210-7053-0; ISBN 978-80-210-7056-1 (online : Mobipocket)

Stable URL (handle): <https://hdl.handle.net/11222.digilib/130549>

Access Date: 27. 03. 2025

Version: 20220831

Terms of use: Digital Library of the Faculty of Arts, Masaryk University provides access to digitized documents strictly for personal use, unless otherwise specified.

PARTE 2: ENSAIOS

Birmingham, David: *O impacto de Portugal em África*

O texto analisa o processo da expansão portuguesa, delimitando as várias fases da colonização.

Cerca de 1488, Bartolomeu Dias, um navegador português, chegou ao Cabo da Boa Esperança na ponta mais longínqua da África meridional. Esta foi a última fase da exploração portuguesa da costa atlântica e das suas ilhas. Foi também o começo de cinco séculos de relações muitas vezes tensas entre a Europa e a África meridional. Surgem duas questões neste ponto de viragem dos destinos do mundo. A primeira é, como é que Portugal, um país relativamente remoto e empobrecido na finisterra da Europa medieval, se tornou pioneiro da colonização atlântica? A segunda, quais foram as consequências a longo prazo da abertura da África meridional a influências externas?

O domínio português do lado leste do Atlântico aconteceu em seis fases, cada uma das quais iniciou um novo conjunto de experiências coloniais. Bartolomeu Dias foi o herdeiro de dois séculos de tentativa e erro à medida que Portugal procurava escapar à sua pobreza crónica. O facto de Portugal ter conseguido ser bem sucedido em tornar-se uma potência internacional deveu-se primariamente ao abrigo excelente que o porto de Lisboa oferecia a navegadores numa costa do sudoeste europeu, na generalidade pouco hospitaleira.

Lisboa tinha sido um porto no tempo dos Fenícios, quando comerciantes levantinos precisaram de um abrigo no longo trajecto até à Grã-Bretanha. Também foi usada pelos impérios romano e árabe, embora o seu interesse primário fosse a dominação terrestre. No século XIII, deu-se o reavivar do poder marítimo e Génova foi bem sucedida no abrir caminho do Mediterrâneo até ao Atlântico. Os grandes centros económicos do Norte de Itália e Sul da Alemanha (doravante ligados por rotas terrestres atravessando os grandes mercados de Lião e Nuremberga) estavam agora postos em contacto pelos Genoveses pela rota marítima mais segura. Lisboa voltou a ser um porto próspero. Os Portugueses aprenderam a construção de navios com os Países Baixos e a navegação com a Itália

e a Catalunha. A certa altura, a Coroa portuguesa contratou nada mais nada menos que seis almirantes genoveses, embora o mais famoso de entre eles, Cristóvão Colombo, tenha procurado a fama transferindo a sua fidelidade para o porto rival de Sevilha, em Castela.

A ascensão de Lisboa como porta marítima entre o norte e o sul da Europa levou ao crescimento de uma classe média urbana com conhecimentos, no comércio e na banca, aprendidos de Itália. Foi esta classe média que se tornou a força impulsionadora da procura de novas riquezas ultramarinas pelos Portugueses. Ela encontrou o seu patrono no príncipe real, D. Pedro, irmão do aclamado D. Henrique, o *Navegador*. Portugal era invulgar na medida em que a nobreza, à falta de qualquer outra fonte de riqueza num país de notória pobreza agrícola, demonstrava interesse em envolver-se em aventuras mercantis. Ela foi, em muito, ajudada pela próspera comunidade judaica de Lisboa, uma comunidade aumentada episodicamente por refugiados que fugiam à perseguição noutras partes do mundo cristão. Os estudiosos judeus não estavam presos aos conceitos cristãos do mundo, conforme era retratado nas Escrituras, conseguindo fazer uma abordagem muito mais científica dos testemunhos necessários para desenhar mapas e coligir informações sobre as perspectivas económicas do ultramar.

As crises que impeliram Portugal para a expansão foram sempre devidas ao preço do pão. Ao longo da Idade Média, Lisboa tinha sido uma cidade faminta. O acesso às terras de cultivo no interior era inibido pela má navegação fluvial e pelo elevado preço do transporte a longa distância em carroça. Deste modo, os cereais não eram procurados em fontes domésticas e sim a fornecedores fora do país. Tanto a Espanha como a Grã-Bretanha tornaram-se fornecedores-chave de trigo para Lisboa e a Inglaterra fez uma aliança de 600 anos baseada na necessidade que Portugal tinha do comércio do norte. Mas, no século XIV, uma nova solução para o défice de cereais foi a aventura colonial no Atlântico.

A mil milhas da costa de Portugal estavam as inabitadas ilhas dos Açores e da Madeira. Com o desenvolvimento de melhores embarcações, elas tornaram-se mais acessíveis a Lisboa do que o interior de Portugal continental que era muito mais próximo. Tentou-se então colonizá-las e introduzir lá plantações de trigo. Os conceitos de colonização tinham sido aprendidos dos Venezianos, que tinham estabelecido colónias nas suas feitorias comerciais do Próximo Oriente. A força de trabalho consistia tanto em mão-de-obra barata de emigrantes europeus conduzidos pela fome como em escravos capturados em ataques à costa berbere. O capital necessário foi reunido pelos bancos de Génova. O patrocínio foi dado pela nobreza fundiária sob a protecção do príncipe D. Henrique. E assim se iniciou a colonização com base na produção de cereais de clima temperado na bacia atlântica. O sistema espalhar-se-ia mais tarde até ao outro lado do oceano

e as pradarias do Canadá e da América acabaram por se tornar uma fonte de trigo, não só para Portugal mas também para metade da Europa. A primeira fase da expansão portuguesa, a fase com base no trigo, foi bem sucedida no seu objectivo inicial de fornecer pão para superar a deficiência de Lisboa. Também foi bem sucedida no sentido de ter sido pioneira de um sistema colonial que impeliu a Europa para o mundo.

A segunda fase da expansão portuguesa envolveu um desenvolvimento mais subtil de investimento no ultramar. O trigo era um empreendimento agrícola com um rendimento comparativamente baixo. Um retorno de capital muito mais elevado, tanto do trabalho como da terra, podia ser obtido ao transformar os produtos agrícolas em álcool. O álcool era também mais fácil de conservar e podia assim ser vendido quando o preço fosse mais vantajoso, ao invés de quando as culturas estavam maduras, como acontecia com os cereais. Deste modo, a segunda fase da expansão portuguesa tentou estabelecer uma indústria vinícola no ultramar. A técnica necessária estava disponível na produção vinícola de Portugal. Mas o vinho nacional português, como os cereais portugueses, sofria de graves problemas de transporte para a costa. Mesmo no século XVIII, quando o vinho do Porto se tornou um produto de exportação lucrativo, a passagem dos rápidos no rio Douro tomava o transporte quase suicida. A perspectiva de usar as ilhas colonizadas para plantar vinha era portanto atraente. O território escolhido foram as ilhas Canárias, ao largo da costa marroquina de África.

Marrocos passara a ser conhecido dos Portugueses depois de uma série de guerras invasoras associadas com a cruzada militante da Ordem de Cristo, da qual o príncipe D. Henrique era o comandante. Apesar de uma vitória inicial em Ceuta, em 1415, estas guerras não conseguiram capturar o “celeiro” do norte de África que tinha em tempos alimentado a cidade de Roma. Em vez disso, os conquistadores voltaram-se para as ilhas ao largo da costa. Ao contrário dos Açores, as Canárias já estavam habitadas e era necessária uma conquista antes de se poderem estabelecer as plantações. No entanto, uma vez conquistados, os ilhéus sobreviventes podiam ser obrigados ao trabalho escravo. Emigrantes do interior empobrecido de Portugal navegaram até lá para criarem vinhas usando escravos locais e levados do continente. Mesmo quando, em 1479, a colónia foi transferida do domínio português para o controlo da Coroa de Castela, os emigrantes portugueses continuaram a constituir boa parte dos colonos de Tenerife.

As ilhas Canárias foram uma segunda fase da inovação colonial portuguesa, baseada na produção vinícola. O desenvolvimento de indústrias vinícolas coloniais, por exemplo na Califórnia, na África do Sul e na Austrália, demorou mais tempo a arrancar do que

o desenvolvimento de colónias especializadas na produção de trigo. Mesmo Portugal impôs restrições onde quer que os interesses dos produtores metropolitanos fossem postos em risco, embora o vinho das Canárias fosse abundantemente contrabandeado para o império português. No entanto, as ilhas Canárias eram importantes por outra razão. Elas tornaram-se uma base para a conquista e a colonização da América hispânica. Foi de lá que Colombo partiu em 1492 e, mais tarde, uma parte significativa dos emigrantes que foram para as colónias hispano-americanas eram habitantes das Canárias, muitas vezes de origem portuguesa. Como fase do crescimento das ideologias económica, política e social do imperialismo, as ilhas Canárias tinham uma importância crítica. As vinhas mantidas por escravos de Tenerife e os ataques intermitentes ao sul de Marrocos são um testemunho mais preciso do lugar de D. Henrique, *o Navegador*, na História do que todos os mitos acerca do seu virtuosismo científico que foram difundidos pelo panegirista oficial, o cronista Azurara.

A terceira fase da experimentação portuguesa nas práticas coloniais centrou-se num outro grupo de ilhas do Atlântico, as ilhas de Cabo Verde. As ilhas de Cabo Verde tornaram-se famosas com o decurso do tempo devido à sua indústria têxtil. Portugal tinha quase tanta falta de têxteis como tinha falta de trigo. Uma das razões para o desenvolvimento da exportação de vinho era o pagamento de produtos laníferos vindos de Inglaterra. O algodão também era comprado em quantidades significativas a fornecedores muçulmanos do norte de África e, depois de ter sido dobrado o Cabo da Boa Esperança, às grandes indústrias têxteis da Índia. Mas as ilhas de Cabo Verde ofereciam uma oportunidade de criar uma indústria têxtil colonial.

Foram estabelecidas nas ilhas plantações de algodão e índigo para tecer e tingir. A mão-de-obra era comprada no oeste do continente africano. Artesãos foram também trazidos do continente para ensinar a técnica necessária à tecelagem. Os tipos de têxteis adoptados foram aqueles que tinham melhor saída em África. A indústria tornou-se depressa capaz de se perpetuar autonomamente. Os panos tecidos nas ilhas eram vendidos no continente em troca de mais escravos que expandiriam as plantações. O único investimento europeu era o transporte marítimo. Os Portugueses levavam os tecidos ao longo da costa em negócio de cabotagem. O lucro final era recebido na forma de escravos, os melhores dos quais eram levados para Portugal a fim de trabalhar nas terras subdesenvolvidas das propriedades do sul. No século XVI, cerca de 10 por cento da população do sul de Portugal era constituída por imigrantes negros. Muitos ainda eram escravos, mas outros tinham entrado, pelo casamento, em famílias proprietárias

de terras, aumentando assim a mão-de-obra doméstica, sem necessidade de pagamento recíproco de dotes. Os negros também se tornaram uma parte significativa da população trabalhadora de Lisboa.

(BIRMINGHAM, David. *Portugal e África*. Trad. Arlindo Barbeitos: Lisboa, Vega, 2003, p. 25–29)

Atividades:

1. Qual foi o motivo principal que arrancou a expansão portuguesa?
2. Recapitule as fases de colonização portuguesa mencionadas no extrato do texto.
3. Qual é a posição da África no projeto de colonização portuguesa?